

O RACISMO E A QUESTÃO DA DEMOCRACIA RACIAL NA POLÍTICA BRASILEIRA

RACISM AND THE QUESTION OF RACIAL DEMOCRACY IN BRAZILIAN POLITICS

José Francisco da Silva Junior ¹

RESUMO

INTRODUÇÃO: O mito da democracia racial orienta as relações étnico-raciais no Brasil e ciclicamente se coloca em pauta o debate sobre ausência de preconceito e discriminação raciais no país, baseado em suposta igualdade de oportunidades políticas, econômicas e sociais para negros e brancos. O racismo continua vigente nos mais diversos segmentos da sociedade, inclusive na política brasileira e este problema se repete e afeta o desenvolvimento social.

OBJETIVO: Discutir o racismo e o mito da democracia racial no cenário da política brasileira. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de uma revisão da Literatura. O andamento deste estudo se deu com natureza qualitativa com enfoque exploratória, descritiva dos dados de artigos localizados em plataformas de dados científicos. As bases utilizadas para pesquisa foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google acadêmico com buscas focadas nos últimos anos, mas levando em consideração estudos clássicos pertinentes ao tema. Para tal, utilizou-se os seguintes descritores (DECs) nos mecanismos de buscas: democracia, política racismo, racismo institucional. Seguidamente, foram selecionados estudos relacionados a questão da democracia racial, racismo estrutural e institucional com enfoque no meio político e social **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O direito a posicionamento e posição na política perpassa os fundamentos constitucionais da cidadania e da dignidade da pessoa humana e garantem a construção de uma sociedade justa e solidária a fim de se erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades e ampliar o acesso à política. As modificações na sociedade brasileira desde a constituição de 1988 e redemocratização impulsionou profundas mudanças no cenário político que envolve a democracia racial e até então tenta-se amenizar os efeitos de uma política escravocrata. Existe um anseio pela formação da identidade negra e adoção de políticas multiculturais ou multirraciais que ultrapassem o reconhecimento pelo estado da divisão da sociedade em classes.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, política racismo, racismo institucional.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The myth of racial democracy guides ethnic-racial relations in Brazil when the debate on the absence of racial prejudice and discrimination in the country, based on supposed equality of political, economic and social opportunities for blacks and whites, is cyclically put on the agenda. Racism remains in force in the most diverse segments of society, including in Brazilian politics, and this problem is repeated and affects social development.

OBJECTIVE: To discuss racism and the myth of racial democracy in the Brazilian political scenario. **METHODOLOGY:** This study is an Literature review. The progress of this study was qualitative in nature with an exploratory, descriptive approach to data from articles located on scientific data platforms. The bases used for research were: Scientific Electronic Library Online (SciELO) with searches dated in the last, but taking into account classic studies relevant to the subject, using the following descriptors (DECs) in search engines: Democracy, political racism, institutional racism. Then, studies related to the issue of racial democracy, structural and institutional racism with a focus on the political and social environment were selected **FINAL CONSIDERATIONS:** The right to position and position in politics permeates the constitutional foundations of citizenship and the dignity of the human person and guarantees the construction of a fair and solidary society in order to eradicate poverty and marginalization, reduce inequalities and expand access to politics. Changes in Brazilian society since the 1988 constitution and redemocratization have driven profound changes in the political scenario that involves racial democracy and until then, attempts have been made to mitigate the effects of a slavery policy. There is a yearning for the formation of black identity and the adoption of multicultural or multiracial policies that go beyond the state's recognition of the division of society into classes.

KEYWORDS: Democracy, political racism, institutional racism.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialista em Artes pela faculdade Futura, Especialista em Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade Cândido Mendes, Especialista em Administração Educacional com Habilitação em Coordenação, Orientação e Gestão Escolar pela Faculdade de Ensino Regional. Graduação em Artes pelo Centro Universitário Venda Nova do Imigrante, Graduação em Letras pela Universidade Estadual de Alagoas. **E-MAIL:** junior.jr7@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/5178591859551300

INTRODUÇÃO

Os últimos anos têm sido marcados por inovações tecnológicas, inclusão digital e expansão marcante da globalização. Embora haja tantos avanços científicos, ainda são crescentes os grupos racistas, supremacistas e ações discriminatórias em meio a uma sociedade pós moderna. Em contrapartida, principalmente como forma de repressão, estes mesmos últimos anos estão sendo marcados pela maior onda de disseminação mundial em torno do posicionamento antirracista (MIGUEL, 2020).

No Brasil, a questão racial vem ganhando visibilidade na mídia e nas redes sociais, e este fenômeno vem favorecendo um debate sobre a persistência e a extensão do racismo no cotidiano do nosso país (AZEVEDO & COLLY, 2020). No tocante às relações étnico-raciais em meio ao paradigma social, a democracia racial modelou a produção de subjetividades e marcos de convivialidade no país.

O racismo estrutural continua perpetuado na sociedade atual e parece renascer a cada novo caso divulgado. Ou seja, este tipo de agressão se alimenta também do seu fenômeno de reiteração. Esta reiteração eficiente opera no sentido de manter uma herança escravocrata herdada culturalmente em nosso país, persistindo na crença escravista de que existem subjugados disponíveis para servir seus "superiores" (ALMEIDA, 2018).

No Brasil se esta questão for analisada como supracitada requer o enfrentamento de desafios que giram em torno de demonstrar a existência de uma questão racial e ampliar a explicação pedagógica desta relação em todas as camadas sociais. Vivemos em um país oriundo da ideia de dominadores europeus que colonizariam os povos com domínio sobre as populações indígenas e sobre o grande contingente de africanos escravizados. Mesmo diante dessa herança histórica, há uma crença de excepcionalidade brasileira,

que teria superado as diferenças raciais originais (GUIMARÃES et al., 2001).

A solução brasileira para integrar ex escravos negros e de descendentes dos povos indígenas à sociedade se estabeleceu negando a existência de diferenças políticas (direitos), culturais (etnicidade) e sociais (segregação ou preconceito) entre esses povos marginalizados e os descendentes de europeus. Portanto, houve falhas ao incorporar todas estas diferenças originais numa única matriz sincrética e híbrida, tanto em termos biológicos, quanto culturais, sociais e políticos para o que se convencionou chamar de democracia racial (GUIMARÃES et al., 2001).

Fazendo uma linha do tempo histórica, a ciência política brasileira buscou abordar esta questão, como foi visto nos estudos clássicos de Bolívar Lamounier (1968) e Amaury de Souza (1971) que determinam questões substantivas para estudo na relação entre raça e política no Brasil. Estes autores sugerem que negros e brancos têm comportamentos políticos distintos baseados na experiência das desigualdades sociais. Outro ponto é que há um comportamento político coletivo por parte dos negros que expressam solidariedade racial.

A constatação do problema dentro do processo democrático emerge de maneira que possibilita a implementação de leis para combate do racismo inerente à conformação democrática, mas necessita de um investimento político comprometido com a manutenção da convivialidade social. Mesmo sabendo que todo regime democrático comporta uma hierarquia radicalizada, no Brasil, o grau de desigualdade racial persiste de forma acentuada de forma a anular ou suprimir o que se espera consistentemente de uma democracia (DIAZ; CANAVES, 2022).

A Caracterização da elite branca estabeleceu e legitimou o rebaixamento social e subjetivo dos negros, uma vez que impulsiona a reivindicação "por sociedade mais igualitária". A insistência na formulação de uma democracia plurirracial foi possível ela inclui a

problematização da branquitude em uma relação de diferencialidade com os negros. É necessário abordar a elite branca, ali posicionada pelo processo histórico, partícipes de um mesmo cotidiano onde os direitos de uns são ainda violados (BENTO, 2014).

A visualização da democrática brasileira pluriétnica possibilita a construção articulada a uma apreensão do alto custo social, político e subjetivo que todos nós vivemos em um país que hierarquiza modos de existência, sem desconsiderar as estruturas normativas do poder que o racismo produz. Neste contexto, a construção de uma conjuntura brasileira democrática plurirracial pressupõe um trabalho articulado de desconstrução de referenciais hierarquizantes de forma a contribuir para tornar mais expressiva a igualdade para todas as raças (MUNANGA, 2020).

Partindo da premissa baseada nos moldes de que a democracia brasileira é continua sendo historicamente marcada pelo racismo estrutural que continua suprimindo local de fala e atuação para pessoas negras, buscou-se realizar um levantamento científico em bases de dados para compor a presente Revisão da Literatura. Para tal, o objetivo deste estudo foi discutir o racismo inserido na construção política e democrática brasileira.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da Literatura. A pesquisa se deu com natureza qualitativa com enfoque exploratória, descritiva dos dados de artigos localizados em plataformas de dados científicos. As bases utilizadas para pesquisa foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Google acadêmico com buscas datados nos últimos anos, mas levando em consideração estudos clássicos pertinentes ao tema.

Os descritores utilizados nos mecanismos de buscas foram: Democracia, política racismo, racismo

institucional. Seguidamente, foram selecionados estudos relacionados a questão da democracia racial, racismo estrutural e institucional com enfoque no meio político e social.

Os dados encontrados nas bases de dados citadas acima foram sintetizados e apresentados na seção resultados e discussões. Optou-se por realizar análise descritiva e narrativa de todas as informações. Dentro dos critérios de elegibilidade de artigos, foram incluídos estudos completos que apresentaram uma abordagem explanativa diretamente ao tema desde o seu resumo.

Como critérios de inclusão, foram selecionados estudos em português e inglês, de preferência com abordagem nacional, dispostos nos mais diversos tipos de estudos.

Foram excluídos estudos descritos em língua diferente das anteriormente citadas, bem como documentos de revisão ou apresentassem no resumo distanciamento do tema pesquisado. Foram excluídos estudos incompletos, com conflito de interesse, cartas e editoriais ou artigos de opinião.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação emerge com um papel transformador e se consolida com agente fundamental para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas indispensáveis para um Estado de direito democrático. Políticas afirmativas adquiriram força, mas precisam ser ampliadas ou colocadas em prática para se tornarem efetivas na redução da desigualdade. Neste cenário, o estudo e implementação de políticas públicas no combate à desigualdade na área de Educação precisa ser reconhecido como atividade fundamental do Estado, bem como a reconhecida desigualdade na oferta de ensino (FERREIRA, 2019).

Nos últimos anos no Brasil cresceram algumas correntes que chegaram a surpreender parte da população, pois depois de anos suprimidos houve a

divulgação e falas e temas relacionados a negação do racismo estrutural brasileiro e da consequente ênfase no caráter mestiço da população. Historicamente, nos discursos no período do Estado Novo e da Ditadura Civil-Militar, o mito da democracia racial era articulado para negar a existência de raças distintas no Brasil, portanto, negando a existência do racismo (CAMPOS, 2021; KYRILLOS, G. M.; SIMIONI, 2022).

Pode ser percebida uma reapropriação para a construção de uma identidade nacional pautada no fundamentalismo e de suposta fraternidade racial. A apologia a um Brasil mestiço e livre de racismo parece surgir como ondas cíclicas na história da nossa nação e ganha força em determinados períodos políticos fundamentalistas e também serve de fundamento de uma concepção de nação e de política. (CAMPOS, 2021)

Neste contexto, viu-se que nos últimos anos foi resgatada essa nova versão do mito da democracia racial impulsionada por homens brancos nesses altos cargos políticos do país, assim, fica nítida que a projeção de uma irmandade racial envolve o medo e a tentativa de ocultar o racismo estrutural, e perpetuar a branquitude (CAMPOS, 2021).

Estas perspectivas corroboram estudos clássicos ao tempo em que citam que a "democracia racial" se configura num compromisso político e social no estado democrático de direito. Este fenômeno está presente de forma controversa e alternando força e convencimento durante o Estado Novo de Vargas até o final da ditadura militar, gerando compromissos que incluíam a incorporação da população negra brasileira ao mercado de trabalho. Desde a redemocratização a sociedade busca atualizar o compromisso com a democracia racial uma vez que as desigualdades raciais passaram a ser objeto de denúncia e motivo de reivindicações políticas, e não apenas diante de situações de preconceito ou a discriminação (GUIMARÃES, 2001).

O mito da democracia racial orienta as relações étnico-raciais no Brasil quando ciclicamente coloca-se

em pauta o debate "ausência de preconceito e discriminação raciais no país" baseado em suposta igualdade de oportunidades políticas, econômicas e sociais para negros e brancos. A posição das relações raciais como mito não indica simplesmente que tal construção seja falsa, uma vez que há possibilidade de que se reconheça o interesse de classe que orienta a construção discursiva da democracia racial. O sistema de classes inaugura uma rígida hierarquia de posições sociais, no entanto desde a implementação desse sistema foi naturalizado um modelo de convivialidade próprio à lógica escravista (DIAZ; CANAVES, 2022).

A desigualdade racial se manifesta como a própria da organização escravocrata se forma a surgir como um elemento acomodado à ordem competitiva de classe. O mito da equidade racial normalizou a crença de que não existiria qualquer incompatibilidade entre o modelo político-jurídico liberal e o regime escravocrata (DIAZ; CANAVES, 2022).

Reconhecer e combater o racismo institucional munido de políticas de promoção à igualdade racial foi um grande avanço o fato de o Estado brasileiro. Órgãos como a Seppir e o CNPIR se mostram historicamente necessários, muito embora a eficácia dessas políticas seria outro objeto de debate, pois ainda existem fragilidades vigentes. O reconhecimento e a atuação do Estado na questão racial são muito mais formais do que efetivos. Este reconhecimento de políticas inclusivas deve estar presente também na política, dado que poucos políticos brasileiros são negros e muitas vezes o sistema de cotas é manipulado de forma errônea ou fraudulenta. A dotação orçamentária reduzida e a baixa capilaridade do território nacional enfraquecem estas políticas, e muitas vezes não há esforço conjunto de órgãos públicos de outras áreas de política em incorporar a dimensão do racismo, potencializando a transversalidade e a eficácia das políticas (FONSECA, 2015).

Para Ferreira (2019) os estudos que analisam as políticas afirmativas raciais implantadas para diminuição

das desigualdades em todos os âmbitos da sociedade devem ser ampliados. Torna-se importante que novos estudos mais concisos abordem a atuação e ascensão do negro na política e sua posição no estado democrático. Esta discussão fomenta uma agenda de pesquisa imprescindível para desmontar, peremptoriamente, o mito da democracia racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modificação na sociedade brasileira desde a constituição de 1988 e redemocratização impulsionou profundas mudanças no cenário político que envolve a democracia racial e até então tenta-se amenizar os efeitos de uma política escravocrata. Existe um anseio pela formação da identidade negra e adoção de políticas multiculturais ou multirraciais que ultrapassem o reconhecimento pelo estado da divisão da sociedade em classes.

As pesquisas interseccionais questionam a efetividade dos conceitos de República e de Estado Democrático de Direito frente ao racismo institucional brasileiro, assim, torna-se preciso que novas pesquisas científicas foquem no racismo institucional nas políticas públicas, bem como o papel do Estado e da branquitude na produção de desigualdades raciais.

O direito a posicionamento e posição na política perpassa os fundamentos constitucionais da cidadania e da dignidade da pessoa humana e garantem a construção de uma sociedade justa e solidária a fim de se erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades e ampliar o acesso à política.

O estado precisa ter um olhar na efetivação dos direitos já assegurados, principalmente no tocante ao direito à vida digna, visto que o racismo se constitui num entrave à garantia da humano-dignidade e da cidadania da população negra brasileira. Enquanto houver racismo não tem como existir a plena democracia, nem efetivamente república em seu conceito mais abrangente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. (2018). **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen.

AZEVEDO, A.; COLLY, S. (2020). **Pandemia do coronavírus acentua o racismo estrutural no Brasil**. Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinio/pandemia-do-coronavirus-acentua-o-racismo-estrutural-no-brasil/>.

DIAS, L.; CANAVEZ, F. **Racismo e ascensão social do negro na democracia brasileira**. *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora, v.16, n.1, p.1-24, 2022. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472022000100011&lng=pt&nrm=iso.

FERREIRA, N. T. **Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Ensaio: aval.pol.públ.Educ., v.27 n.104, p. 476–498, jul. 2019.

FONSECA, I. F. **Inclusão política e racismo institucional: Reflexões sobre o programa de combate ao racismo Institucional e o conselho nacional de promoção da igualdade racial**. Planejamento e políticas públicas, n.45, p. 201, 2015.

GUIMARÃES, A. S. A. **A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)**. *Tempo Social*, v.13, n.2, p.121–142, nov. 2001.

KYRILLOS, G. M.; SIMIONI, F. **Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no governo Bolsonaro (2019-2021)**. *Revista Direito e Práxis*, v. 13, n. Rev. Direito Práx., 2022 13(3), p. 1874–1896, jul. 2022.

MIGUEL, R. **A onda de indignação contra o racismo se espalha por todo o mundo**. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-06-07/reino-unido-protagoniza-os-protestos-mais-intensos-da-onda-global-contra-o-racismo.html>, 2020.

SOUZA, Amaury de. **Raça e política no Brasil urbano**. *Revista de Administração de Empresas*, XI: 61-70, outubro-dezembro, 1971.

REIS, W. H. S.; ROCHA, F. M. R. **Os movimentos sociais e a educação popular: uma relação na construção do ser coletivo e emancipado**. VI Congresso Nacional de Educação. Editora realize, 2019.

STRECK, D. R. et al. **Educação popular e docência**. São Paulo: Cortez, 2014.